



BREVE FACIAM

TRT DA 3ª REGIÃO (MG)
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO, NORMALIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA
Seção de Atendimento e Divulgação

✉ Antes de imprimir este e-mail pense em sua responsabilidade e compromisso com o MEIO AMBIENTE
Economizar água e energia é URGENTE!

ANO XVI

n.22

26/06/2015

“Reconhecer os valores pessoais de seus liderados é importante, mas agradecê-los pelo profissionalismo exercido trará um ambiente favorável a vitórias”.

Jardel Melo

DIVULGAÇÃO

SÚMULAS VINCULANTES – STF

DJe/STF 22/06/2015, n. 121, p.1/2.

Em sessão de 17 de junho de 2015, o Tribunal Pleno editou o seguinte enunciado de súmula vinculante, que se publica no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União, nos termos do § 4º do artigo 2º da Lei 11.417/2006:

Súmula vinculante n. 49

Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

Brasília, 17 de junho de 2015.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

Súmula vinculante n. 50

Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade

Em sessão de 18 de junho de 2015, o Tribunal Pleno editou o seguinte enunciado de súmula vinculante, que se publica no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União, nos termos do § 4º do artigo 2º da Lei 11.417/2006:

Súmula vinculante n. 51

O reajuste de 28,86%, concedido aos servidores militares pelas Leis 8622/1993 e 8627/1993, estende-se aos servidores civis do poder executivo, observadas as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos mesmos diplomas legais.

Súmula vinculante n. 52

Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

Súmula vinculante n. 53

A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.

Brasília, 18 de junho de 2015.
Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

SÚMULA n. 422 – TST

(RESOLUÇÃO TST n. 199, DE 09/06/2015 – DEJT/TST/Cad. Jud. 22/06/2015, n. 1753, p. 1/3)

(Altera a redação da Súmula nº 422)

O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em Sessão Extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do Tribunal...

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a redação da Súmula no 422, nos seguintes termos:

SÚMULA n. 422. RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO. (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III)

I – Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnarem os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

II – o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática.

III – Inaplicável a exigência do item I relativamente ao recurso ordinário da competência de Tribunal Regional do Trabalho, exceto em caso de recurso cuja motivação é inteiramente dissociada dos fundamentos da sentença.

(...)

Ministro **ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN**
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

SÚMULA n. 64 – CJF/TNUJEFs

(DOU 24/06/2015, Seção 1, n. 118, p.64)

SÚMULA n. 64 (Cancelamento)

O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos.

Brasília, 16 de agosto de 2012.

Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
Presidente da Turma

SÚMULA n. 81

Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, *caput*, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão.

A Turma Nacional de Uniformização, na Quinta Sessão Ordinária de 18 de junho de 2015, aprovou, por maioria, o enunciado da Súmula n. 81, vencidos os Juízes Boaventura João Andrade e Sérgio Queiroga.

Brasília, 18 de junho de 2015.

Min. **JORGE MUSSI**
Presidente da Turma

JURISPRUDÊNCIA

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES ENTRE 18 E 24 ANOS. TRABALHO DENTRO DE PRESÍDIOS. POSSIBILIDADE. Não se nega que a prestação de serviços dentro do ambiente prisional possa por em risco o desenvolvimento psicológico e moral dos trabalhadores menores. Todavia, tal ressalva não se justifica quanto aos aprendizes que possuam entre 18 e 24 anos, faixa etária também admitida para a formalização de contrato de aprendizagem pelo artigo 428 da CLT. Não há na legislação qualquer ressalva que impeça a contratação de trabalhadores entre 18 e 24 anos para prestação de serviços dentro de presídios, podendo tais pessoas integrar, via concurso público, até mesmo os quadros de agentes penitenciários e policiais. (TRT da 3ª Região – 9ª Turma - Processo n. RO-0002109-49.2013.5.03.0025 - Relatora: Juíza Convocada Luciana Alves Viotti- Disponibilização: DEJT/TRT3/Cad.Jud. 28/05/2015, p.283 – publicação: 29/05/2015).

LEGISLAÇÃO

DISPOSITIVOS LEGAIS (Esfera Federal)

RESOLUÇÃO MPS/CNPC n. 20, DE 18/06/2015 -- DOU 26/06/2015.

Altera o art. 3º da Resolução n. 8, de 31/10/2011, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

RESOLUÇÃO MPS/CNPC n. 21, DE 18/06/2015 -- DOU 26/06/2015.

Altera o art. 5º da Resolução n. 19, de 30/03/2015, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, e dá outras providências.

PORTARIA MTE/GM n. 854, DE 25/06/2015 -- DOU 26/06/2015.

Aprova normas para a organização e tramitação dos processos de multas administrativas e de Notificação de Débito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e/ou Contribuição Social.

PORTARIA MTE/GM n. 857, DE 25/06/2015 -- DOU 26/06/2015.

Altera a Norma Regulamentadora n. 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

ATOS DE ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

RESOLUÇÃO CNJ n. 203, DE 23/06/2015 -- DJe/CNJ 24/06/2015.

Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.

PORTARIA CNJ n. 6 DE 25/06/2015 -- DJe/CNJ 26/06/2015.

Resolve comunicar que os prazos processuais ficarão suspensos durante o período de 1º a 31/07/2015.

PROVIMENTO CNJ n. 47, DE 19/06/2015 – DJe/CNJ 19/06/2015

Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de imóveis.

EDIÇÃO DE SÚMULAS VINCULANTES DO STF – DJe/STF 22/06/2015

A Sessão de 17/06/2015 do Tribunal Pleno resolve editar as Súmulas Vinculantes de n. 49 a 51.

A Sessão de 18/06/2015 do Tribunal Pleno resolve editar as Súmulas Vinculantes de n. 52 e 53.

SÚMULAS DO CJF/TNUJEFs – DOU 24/06/2015.

O Conselho da Justiça Federal resolve cancelar a Súmula de n. 64 e editar a Súmula n. 81.

RESOLUÇÃO CONJUNTA STF/MPU n. 1, DE 23/06/2015 – DJe/STF 25/06/2015.

Orienta os órgãos do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre o Regime de Previdência Complementar instituído pela Lei n. 12.618, de 30/04/2012, estabelece procedimentos operacionais para a aplicação do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do MPU e do CNMP (JUSMP-PREV) e institui o Manual do Patrocinador da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário.

RESOLUÇÃO CSJT n. 124, 28/02/2013 – DEJT/CSJT 22/06/2015.

Regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

RESOLUÇÃO TST n. 199, DE 09/06/2015 -- DEJT/TST 22/06/2015.

Altera a redação da Súmula n. 422.

ATO CONJUNTO TST/CSJT/ENAMAT n. 1, DE 19/06/2015 -- DEJT/CSJT 22/06/2015.

Resolve revogar o ATO CONJUNTO TST.CSJT.ENAMAT n. 2, de 12/08/2013.

ATO ENAMAT n. 4, DE 19/06/2015 -- DEJT/ENAMAT 22/06/2015

Fixa a tabela de remuneração dos profissionais de ensino da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT.

RESOLUÇÃO TRT3/GP n. 20, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 22/06/2015.

Redefine a competência e altera a estrutura administrativa da Central de Conciliação de 1º Grau instalada pela Portaria n. 840, de 04/05/2012, modificada pela Ordem de Serviço n. 1, de 19/07/2013 e pela Resolução n. 8, de 18/12/2014, e dá outras providências.

PORTARIA TRT3/GP n. 508, DE 18/06/2015 -- DEJT/TRT3 19/06/2015.

Dispõe sobre a greve dos servidores públicos do judiciário federal no âmbito do TRT da 3ª Região, deflagrada em junho de 2015.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/GP/CR n. 514, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 25/06/2015.

Dispõe sobre as escalas de plantão do ano de 2015 dos magistrados plantonistas de 1º e 2º grau, em razão da alteração na composição deste Tribunal e da transferência de feriado.

PORTARIA TRT3/GAB. 234 n. 01, DE 22/06/2015 -- DEJT/TRT3 24/06/2015.

Regulamenta o funcionamento do Gabinete nos termos da Portaria GP 508/2015.

PORTARIA TRT3/FORO DE PASSOS n. 01, DE 11/06/2015 – DEJT/TRT3 24/06/2015.

Estabelece o procedimento para fornecimento de peças físicas destinadas ao processo judicial eletrônico.

PORTARIA TRT3/VT DE ITURAMA n 2, DE 18/06/2015 -- DEJT/TRT3 19/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais nesta Unidade Judiciária em razão do movimento grevista dos(as) servidores(as) que trabalham na VT de Iturama.

PORTARIA TRT3/VT DE CARATINGA n. 01, DE 18/06/2015 -- DEJT/TRT3 24/06/2015.

Regulamenta a prestação de serviços na VT de Caratinga.

PORTARIA TRT3/2ª VT DE POÇOS DE CALDAS n. 1 DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 22/06/2015

Dispõe sobre a suspensão de prazo e não realização de audiências em virtude da adesão dos servidores da 2ª VT à greve dos servidores do Poder Judiciário Federal.

PORTARIA TRT3/2ª VT DE CONTAGEM n. 01, DE JUNHO DE 2015 -- DEJT/TRT3 22/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão das audiências e dos prazos no âmbito da 2ª VT de Contagem.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/FTCON n. 3, DE 22/06/2015 -- DEJT/TRT3 25/06/2015

Resolve suspender os prazos processuais relativos aos processos físicos desde o dia 19/06/2015 até o término da vigência da presente Portaria.

PORTARIA TRT3/1ª VT DE SETE LAGOAS n. 01, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015.

Resolve suspender os prazos processuais a partir de 19/06/2015 até posterior deliberação.

PORTARIA TRT3/2ª VT DE SETE LAGOAS n. 01, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais durante o período de greve dos servidores públicos do Judiciário Federal no âmbito da 2ª VT de Sete Lagoas e manutenção dos serviços essenciais e/ou urgentes.

PORTARIA TRT3/FORO DE SETE LAGOAS n. 01, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015.

Dispõe sobre os serviços essenciais ou urgentes e atendimento durante o período de greve dos servidores públicos do Judiciário Federal no âmbito da Secretaria de Foro da Justiça do Trabalho de Sete Lagoas-MG.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/FORO e VT DE UBERLÂNDIA n. 01, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015.

Ficam suspensos os prazos processuais e a realização de audiências, a partir de 18/06/2015 até o retorno dos servidores ao trabalho, o que será oficialmente comunicado aos interessados mediante Portaria a ser publicada.

PORTARIA TRT3/2ª VT DE ALFENAS n. 01, DE 19 DE JUNHO -- DEJT/TRT3 23/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais, sobre a garantia de serviços essenciais ou urgentes e sobre a condução dos serviços indispensáveis para a tramitação dos processos, durante o movimento grevista dos servidores públicos do Judiciário Federal, no âmbito da 2ª VT de Alfenas.

PORTARIA TRT3/FORO DE ALFENAS n. 01, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015

Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais, sobre a garantia de serviços essenciais ou urgentes e sobre a condução dos serviços indispensáveis para a tramitação dos processos, durante o movimento grevista dos servidores públicos do Judiciário Federal, no âmbito da Secretaria do Foro Trabalhista de Alfenas.

PORTARIA TRT3/VT CATAGUASES n. 01, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015

Regulamenta a prestação de serviços da VT de Cataguases durante a greve dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal, lotados nessa VT, deflagrada no período de 18 a 30/06/2015 e dá outras providências.

PORTARIA TRT3/VT OURO PRETO n. 01, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão de prazo na VT de Ouro Preto em razão do movimento grevista dos servidores.

PORTARIA TRT3/FORO DE POÇOS DE CALDAS n. 2, DE 19/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015

Dispõe sobre a suspensão de prazo em virtude da adesão dos servidores do Núcleo do Foro da Justiça do Trabalho de Poços de Caldas à greve dos servidores do poder judiciário federal.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/FORO E VTs DE BELO HORIZONTE n. 01, DE 22/06/2015 --DEJT/TRT3 25/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão dos prazos no Foro e nas VT de Belo Horizonte decorrente da greve dos servidores.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/FORO/VT 1ª e 2ª DE VARGINHA, DE 22/06/2015 -- DEJT/TRT3 22/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão das audiências e dos prazos no âmbito do Foro e das 1ª e 2ª VT de Varginha.

PORTARIA TRT3/1ª VT DE MONTES CLAROS n. 01, DE 22/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015.

Regulamente a prestação de serviços na 1ª VT de Montes Claros.

PORTARIA TRT3/2ª VT DE MONTES CLAROS n. 01, DE 22/06/2015 -- DEJT/TRT3 22/06/2015.

Resolve organizar a forma de prestação jurisdicional durante a greve e dar publicidade.

PORTARIA TRT3/3ª VT DE MONTES CLAROS n. 01, DE 22/06/2015 -- DEJT/TRT3 24/06/2015.

Regulamenta a prestação de serviços na 3ª VT de Montes Claros.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/FORO E 2ª VT DE ARAGUARI n. 01, DE 22/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015.

Resolve suspender os prazos processuais e a realização de audiências, a partir de 23/06/2015 até o retorno dos servidores ao trabalho, o que será oficialmente comunicado aos interessados mediante Portaria a ser publicada.

PORTARIA TRT3/1ª VT DE FORMIGA n. 01, DE 22/06/2015 -- DEJT/TRT3 25/06/2015.

Regulamenta a suspensão de prazos, horário de atendimento ao público e prestação de serviços na 1ª VT de Formiga durante a greve dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal, lotados na referida unidade, deflagrada em 22/06/2015.

PORTARIA – TRT3/2ª VT DE FORMIGA n. 01, DE 22/06/2015 – DEJT/TRT3 23/06/2015.

Regulamenta a suspensão de prazos, horário de atendimento ao público e prestação de serviços na 2ª VT de Formiga durante a greve, deflagrada em 22/06/2015, dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal, lotados nessa Vara,.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/FORO e VT DE ITUIUTABA n. 01, DE 22/06/2015 -- DEJ/TRT3 23/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão dos prazos no Foro e nas VT de Ituiutaba decorrente da greve dos servidores.

Regulamente a prestação de serviços na 1ª VT de Montes Claros.

PORTARIA TRT3/VT SANTA RITA DO SAPUCAÍ n. 01, DE 22/06/2015 -- DEJT/TRT3 23/06/2015.

Regulamenta a prestação de serviços na VT de Santa Rita do Sapucaí durante a greve dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal, deflagrada de 22/06/2015 a 30/06/2015, e dá outras providências.

PORTARIA TRT3/1ª VT DE PEDRO LEOPOLDO n.01, DE 22/06/2015 -- DEJT//TRT3 24/06/2015.

Regulamenta a prestação de serviços na 1ª VT de Pedro Leopoldo.

PORTARIA TRT3/2ª VT DE PEDRO LEOPOLDO n. 01, DE 22/06/2015 – DEJT/TRT3 24/06/2015.

Regulamenta a prestação de serviços na 2ª VT de Pedro Leopoldo.

PORTARIA TRT3/4ª VT DE CORONEL DE FABRICIANO n. 2, DE 23/06/2015 – DEJT/TRT3 24/06/2015.

Regulamenta a prestação de serviços na 4ª VT de Coronel Fabriciano.

PORTARIA TRT3/VT DE BOM DESPACHO n. 01, DE 23/06/2015 -- DEJT/TRT3 24/06/2015.

Regulamenta a prestação de serviços na VT de Bom Despacho.

PORTARIA TRT3/VT DE LAVRAS n. 02, DE 23/06/2015 -- DEJT/TRT3 24/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais dos processos físicos na VT de Lavras, em razão da greve dos servidores públicos do Judiciário Federal, e dá outras providências.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/FORO E VT DE ARAGUARI n. 02, DE 24/06/2015 -- DEJT/TRT3 25/06/2015.

Resolve suspender os prazos processuais e a realização de audiências, a partir de 23/06/2015 até o retorno dos servidores ao trabalho.

PORTARIA CONJUNTA TRT3/FORO DE UBERLÂNDIA n. 01, DE 24/06/2015 -- DEJT/TRT3 25/06/2015.

Resolve suspensos os prazos processuais e a realização de audiências, a partir de 18/06/2015 até o retorno dos servidores ao trabalho.

PORTARIA TRT3/VT DE ITAÚNA n. 01, DE JUNHO DE 2015 -- DEJT/TRT3 25/06/2015.

Dispõe sobre a suspensão de prazo e não realização de audiências em virtude da adesão dos servidores desta VT à greve dos servidores do poder judiciário federal.

PORTARIA TRT3/VT DE PONTE NOVA n. 01, DE 24/06/2015 -- DEJT/TRT3 25/06/2015.

Regulamenta a prestação de serviços na VT de Ponte Nova durante a greve dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal lotados na referida unidade, deflagrada a partir de 25/06/2015 e dá outras providências.

Secretária de Documentação, Normalização, Legislação e Jurisprudência:

Isabela Freitas Moreira Pinto

Chefe da Seção de Atendimento e Divulgação: Maria Thereza Silva de Andrade

Colaboração: servidores da SEDOC